



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.056/2025.

Registro de preço para futura aquisição parcelada de medicamentos para abastecimento estoque da Farmácia Básica do Município de São Vicente do Sul/RS

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, o PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL/RS, **FERNANDO DA ROSA PAHIM**, inscrito no CPF nº 000.109.510-24 nos termos da Seção V da Lei nº 14.133/2021, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico Nº 90.014/2025 para REGISTRO DE PREÇOS, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa com proposta mais vantajosa, observadas as condições do Edital, que rege o pregão acima indicado, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA sede na Av. Maripá, 7210- Vila Becker - Toledo/PR. CNPJ nº 52808009000127. representada neste ato por seu representante legal JEAN CARLOS PETRY. portador da célula de identidade RG nº 8.651.599-7 e CPF 063.086.819-03.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este termo tem por objetivo **Registro de preço para futura aquisição parcelada de medicamentos para abastecimento estoque da Farmácia Básica do Município de São Vicente do Sul/RS**, especificados no Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 90.014/2025, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

1.2. Os produtos registrados, referem-se ao quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a contratada compromete-se a fornecer os mesmos de forma parcelada durante a vigência contratual, conforme a necessidade do Município.

1.3. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

1.4. Deverá constar na embalagem os dados de identificação, procedência/fabricante, data de fabricação e validade (não poderá ser inferior a 12 meses contados da data de entrega do produto relacionado a esta licitação), número do lote e registro no Ministério da Saúde (sempre que houver), inclusive em embalagens fracionáveis.

1.5. Nos termos do art. 83 da Lei 14.133/2021, “A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada”.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS

2.1. Os preços ofertados pela empresa signatária na presente Ata de Registro de Preços são os seguintes:

Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
3	30.00 0,00	COM	Ácido fólico 5 mg	HIPOLABOR cx C/500CPR	0,03600	1.080,00
4	500,0 0	AMP	Ácido tranexâmico 50 mg/ml solução injetável - Ampola 5ml	HIPOLABOR cx C/100 AMP	4,26000	2.130,00
10	2.000, 00	AMP	Água para injetáveis - ampola 10ml	EQUIPLEX - C/200 FLA	0,23900	478,00
34	500,0 0	AMP	Butilbrometo de Escopolamina 20 mg/ml solução injetável - ampola 1 mL	HYPOFARMA - C/100 AMP	1,09000	545,00





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.014/2025

35	1.000,00	AMP	Butilbrometo de escopolamina 4 mg/mL + Dipirona 500 mg/mL solução injetável - Ampola 5 mL	HYPOFARMA - C/50AMP	1,34000	1.340,00
50	500,00	AMP	Cefalotina sódica 1 g, pó liofilizado para solução injetável IV/IM	ANTIBIOTICOS DO BRASIL C/ 50 FA	4,99000	2.495,00
52	500,00	FR	Ceftriaxona sódica 1 g pó para solução injetável IV	BLAU - C/100 AMP	4,63000	2.315,00
55	500,00	FR	Cetoprofeno 100 mg pó para solução injetável EV	TEUTO - C/50 AMP	3,87000	1.935,00
57	500,00	AMP	Citrato de Fentanila 50 mcg/mL solução injetável - Ampola 2 mL	HIPOLABOR	2,26000	1.130,00
68	30.000,00	COM	Cloridrato de Amiodarona 200 mg	GEOLAB - cx c/500	0,37400	11.220,00
73	15.000,00	COM	Cloridrato de Ciprofloxacino 500 mg	PRATI DONADUZZI - C/300 CPR	0,21600	3.240,00
74	500,00	AMP	Cloridrato de Clindamicina 150 mg/mL solução injetável 4 mL IV/IM	HYPOFARMA - C/ 50 AMP	2,61000	1.305,00
82	500,00	AMP	Cloridrato de Dobutamina 12,5 mg/mL solução injetável IV - Ampola 20 mL	HYPOFARMA - C/10 AMP	4,93000	2.465,00
86	500,00	BIS	Cloridrato de Lidocaína 20 mg/g gel - Bisnaga 30 g	PHARLAB - C/ 100 BIS	4,93000	2.465,00
87	300,00	AMP	Cloridrato de Lidocaína 20 mg/mL (2%) com vasoconstritor (hemitartrato de Epinefrina 1:200.000) solução injetável - Frasco ampola 20 mL	HYPOFARMA - C/25 FA	5,31000	1.593,00
88	500,00	FR	Cloridrato de Lidocaína 20 mg/mL sem vasoconstritor solução injetável - Frasco ampola 20 mL	HYPOFARMA - C/25 AMP	3,97000	1.985,00
91	25.000,00	COM	Cloridrato de Metformina 500 mg	PRATI DONADUZZI - C/200 CPR	0,12100	3.025,00
93	90.000,00	COM	Cloridrato de Metformina 850 mg	PRATI DONADUZZI - C/400 CPR	0,13700	12.330,00
97	800,00	AMP	Cloridrato de Metoclopramida 5 mg/mL solução injetável – Ampola 2 mL	FARMACE - C/100 AMP	0,71000	568,00
113	500,00	AMP	Complexo B (B1, B2, B3, B5, B6) solução injetável IM/IV - Ampola 2mL	HYPOFARMA - C/100 AMP	1,03000	515,00
123	500,00	AMP	Dexametasona 4 mg/mL solução injetável IM/IV – Ampola 2,5 mL	HYPOFARMA - C/ 50 AMP	0,89000	445,00
125	1.000,00	AMP	Diazepam 5 mg/mL solução injetável IM/IV - Ampola 2 mL	HIPOLABOR - C/ 100 AMP	0,61000	610,00
128	1.000,00	AMP	Diclofenaco Sódico 25 mg/mL solução injetável IM - Ampola 3 mL (75 mg)	HYPOFARMA - C/100 AMP	0,86000	860,00
136	1.000,00	FR	Dipirona sódica 500 mg/mL gotas - Frasco 10 mL	FARMACE - C /100 FR	1,16000	1.160,00





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.014/2025

137	1.000,00	AMP	Dipirona sódica 500 mg/mL solução injetável IM/IV – Ampola 2 mL (1000 mg/2mL)	SANTISA - C/100 AMP	0,59800	598,00
142	500,00	AMP	Enoxaparina sódica 60 mg/0,6ml Solução injetável - Seringa preenchida	MYLAN - C/2 SER	21,61000	10.805,00
148	500,00	AMP	Fenitoína sódica 50 mg/mL solução injetável - Ampola 5 mL	HIPOLABOR - C/100	2,43000	1.215,00
153	500,00	AMP	Fitomenadiona 10 mg/mL IM SC - Ampola 1ml	HYPOFARMA - C/50 AMP	2,36000	1.180,00
156	2.000,00	COM	Folinato de cálcio 15 mg (ácido folínico)	HIPOLABOR - C/ 500 CPR	2,41000	4.820,00
158	500,00	AMP	Furosemida 10 mg/mL solução injetável - Ampola 2 mL	HYPOFARMA - C/ 100 AMP	0,68000	340,00
164	300,00	AMP	Hemitartarato de Norepinefrina 2 mg/mL solução injetável - Ampola 4 mL	HYPOFARMA - C/ 50 AMP	1,87000	561,00
165	500,00	AMP	Heparina sódica 5.000 UI/ 0,25 mL SC - Ampola 0,25 mL	HIPOLABOR - C/50AMP	6,29000	3.145,00
180	500,00	FR	Maleato de Dexclorfeniramina 0,4 mg/mL xarope - Frasco 100 mL	HIPOLABOR - C/ 50 FR	1,92000	960,00
188	300,00	FR	Nistatina 100.000 UI/mL suspensão oral com conta gotas – Frasco com 50 mL	PRATI DONADUZZI - C/ 50 FR VP	5,89000	1.767,00
193	300,00	AMP	Ocitocina 5 UI/mL solução injetável - Ampola 1 mL	BLAU - CX C/50 AMP	3,59000	1.077,00
207	25,000,00	COM	Prednisona 20 mg	HIPOLABOR - / 500 CPR	0,20000	5.000,00
212	500,00	AMP	Sacarato de hidróxido férrico 20 mg/mL solução injetável 5 mL (IV)	BLAU - C/ 50 AMP	11,45000	5.725,00
218	30,000,00	COM	Succinato de Metoprolol 100 mg comprimido de liberação controlada	PHARLAB - cx c/30 cp	0,82000	24.600,00
219	500,00	FR	Succinato sódico de hidrocortisona 100 mg pó para solução injetável + diluente	TEUTO	3,19000	1.595,00
220	500,00	FR	Succinato sódico de hidrocortisona 500 mg pó para solução injetável + diluente	BLAU - C/ 50 FA	5,10000	2.550,00
224	500,00	AMP	Sulfato de Amicacina 250mg/ml - solução injetável IM/IV - ampola 2 ml	TEUTO - C/ 50 AMP	4,29000	2.145,00
225	400,00	AMP	Atropina 0,25mg/1ml – solução injetável	FARMACE - C/100 AMP	0,99000	396,00
229	500,00	AMP	Sulfato de Morfina 10 mg/ml solução injetável - Ampola 1 mL	HIPOLABOR - cx c/100	2,39000	1.195,00
230	1.000,00	BIS	Sulfato de Neomicina 5 mg + Bacitracina 250 UI pomada - Bisnaga 10 g	BELFAR - c/50 tb	2,10000	2.100,00
234	300,00	AMP	Sulfato de Terbutalina 0,5 mg/mL EV/SC - Ampola 1 mL	União Química - cx c/50	1,30000	390,00
238	50,00	FR	Cloreto de suxametônio 100 mg pó para solução injetável	BLAU - cx c/10 amp	24,05000	1.202,50
Valor total: R\$ 130.600,50						

CLÁUSULA TERCEIRA: - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:





3.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, desvinculada da duração dos créditos orçamentários, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso ao município, conforme Art. 84 da lei nº 14.133/2021.

3.2. Não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto licitado.

CLAUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

I. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

II. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.

I. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

II. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

III. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

IV. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

V. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VI. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

VII. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

VIII. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

IX. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

X. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas desta ata serão alocados quando da emissão de nota de empenho de despesa.

CLAUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO:

5.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

5.2. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.





5.3. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

CLAUSULA SEXTA - DO PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA E OBRIGAÇÕES:

6.1. A entrega do objeto registrado será feita de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, após a emissão da Nota de Empenho, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos abaixo:

I. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos de entrega dos produtos).

II. A entrega provisória dos produtos deverá ser feita em até 15 (quinze) dias úteis, no endereço indicado nas Notas de Empenho de Despesa/Ordem de Entrega após seu recebimento.

III. O objeto licitado deverá atender às exigências de qualidade, em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

IV. Verificada a não conformidade na entrega dos materiais, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciando a retirada dos mesmos e o respectivo reenvio, sem ônus de frete para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste termo.

V. A entrega definitiva dos materiais, será efetivada logo após a conferência do mesmo pelo fiscal, desde que em conformidade com as exigências deste termo.

VI. A nota fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue junto com os produtos.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

7.1. São Obrigações da Contratante

I. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;

II. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;

III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

IV. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;

V. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

7.2. São Obrigações da Contratada

I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo, bem como nos termos da sua proposta;

II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);





VI. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

IX. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

CLAUSULA OITAVA - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:

8.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, a ser firmada entre a Licitante Vencedora e o Município os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do produto licitado no local onde estiver sendo executado o objeto licitado:

- I. Greve geral;
- II. Calamidade pública;
- III. Interrupção dos meios de transporte;
- IV. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e
- V. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

8.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Licitante Vencedora.

8.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao Município, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

8.4. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro horas) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLAUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1. As sanções administrativas serão aplicadas conforme segue:

- I. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - i. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - ii. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - iii. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - iv. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - v. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - vi. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - vii. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - viii. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - ix. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - x. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - xi. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - xii. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:
 - i. Advertência;
 - ii. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
 - iii. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão





licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

III. As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.

IV. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo.

V. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

VI. A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

VII. Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

VIII. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

IX. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- i. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- ii. Pagamento da multa;
- iii. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- iv. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- v. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii” do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

XIV.

CLAUSULA DÉCIMA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços registrados caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021: *“para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato”*.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO

11.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;





II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Vicente do Sul-RS, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual forma e teor, que após lida e achado conforme, vai firmada pelos contratantes, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

São Vicente do Sul, 07 de maio de 2025.

CONTRATANTE
Fernando da Rosa Pahim
Prefeito Municipal

CONTRATADO
Representante da Empresa

Esta Ata de Registro de Preços foi examinada e aprovada em 07/05/2025 pelo Setor Jurídico Municipal.

Fabricio Della Pace Rosa
OAB nº 106446
Assessor Jurídico - Portaria nº 002/2025

